



Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, em
2 atendimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, realizou-se a Quadringéssima
3 Septuagésima Nona Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A
4 Reunião contou com a participação da *Presidente do CSDF, Jeovânia Rodrigues Silva, da*
5 *Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos conselheiros*
6 **segmento gestor:** *Raquel Beviláqua Matias da Paz Medeiros Silva, Marcos Paulo Freire Malgueiro*
7 *Lopes, Christiane Braga Martins de Brito, Jair Tabchoury Filho, Carlos Wilson de Andrade Filho;* dos
8 **conselheiros segmento trabalhador:** *Alexandre José de Oliveira Omena, Rosalina Aratani Sudo,*
9 *Solange Pereira de Souza, Márcio da Mata Souza, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Humberto de*
10 *Oliveira Lopes, Rozangela Fernandes Camapum, Fátima Lúcia Rôla, Isaires Florenço de Souza,*
11 *Newton Cleiton Batista, Maria Arindelita Neves de Arruda;* dos **conselheiros segmento usuário:** *Vera*
12 *Lúcia Bezerra da Silva, Míriam Marques Nery, Paulo Martins Vieira, Raimundo Ferreira da Silva,*
13 *Silvestre Araújo, Domingos de Brito Filho, Sarah Maria Coelho de Souza, Jaira Leite Ramos, Júlia*
14 *Luz Camargos Mesquita, Maria Luíza dos Santos Espinola, Luís Carlos Macedo Fonseca, Raimundo*
15 *Nonato Lima, João Elias Lima Araújo, Hellen Cristhian Correa Boaventura, Lourdes Cabral Piantino.*
16 *Participaram como convidados Ab-Diel, SES, Gislei Moraes de Oliveira, Diretor Presidente do*
17 *IGESDF, José Antônio, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, Nestor Francisco Miranda*
18 *Júnior, Diretor de Atenção à Saúde do IGESDF, Daniel Alves Lima, Controlador Interno do IGESDF.*
19 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 09h13. Foi aferido
20 quórum de 23 conselheiros presentes, necessário para deliberação. Explicou a proposta da pauta
21 única, o acompanhamento da situação geral do IGESDF. **Expediente – Pedidos de licença e**
22 **justificativa de faltas dos Conselheiros** – Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina,**
23 anunciou que a Conselheira Terezinha Pantoja justificou a sua ausência. **Ordem do dia - Item 1 –**
24 **Apresentação e aprovação da Pauta da 479ª Reunião Extraordinária do CSDF** - Coordenação:
25 Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, apresentou a
26 pauta da 479ª RE do CSDF e colocou em votação a sua aprovação. Foi aprovada a pauta com 19
27 votos favoráveis e 4 abstenções. **Item 2 – Acompanhamento da situação do IGESDF.**
28 Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do
29 CSDF, efetuou contextualização acerca do papel do CSDF ao longo dos últimos anos no que diz
30 respeito ao então Instituto Hospital de Base, depois ampliado, na forma da lei, para o IGESDF.
31 Reforçou que o papel do CSDF, previsto por lei, é acompanhar o contrato de gestão bem como
32 compor os dois conselhos do IGESDF, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, havendo
33 um representante titular e suplente do CSDF. Disse que em 2017 a Lei nº 5.899, de 3 de julho,
34 instituiu o Instituto Hospital de Base, recordando que não houve formalmente deliberações do
35 plenário do CSDF, seja pela instituição do então Instituto Hospital de Base e também de sua
36 ampliação posterior ao IGESDF. Disse que em 13 de novembro de 2018, foi apresentado ao pleno
37 do CSDF pelo então Diretor-Presidente Ismael Alexandrino um relatório que trazia as atividades
38 exercidas desde que havia sido assinado o primeiro contrato de gestão, rotina esta que depois foi
39 perdida quando se teve a implementação do IGESDF. Disse que em 9 de janeiro de 2019 houve uma
40 reunião extraordinária, presidida pela Conselheira Lourdes Piantino, tendo em vista a preocupação
41 com a expansão do Instituto Hospital de Base que ainda estava em uma etapa incipiente de sua
42 implementação e muito rapidamente o projeto de lei o ampliava para Instituto de Gestão Estratégica
43 abarcando não apenas o Hospital de Base mas incluindo as seis UPAS além do Hospital Regional de
44 Santa Maria. Disse que naquela ocasião foi deliberada pelo plenário do CSDF a Resolução nº 511,
45 que era contrária a ampliação para o IGESDF pois até então não se tinha os resultados efetivos do
46 primeiro ano do Instituto Hospital de Base e nem sequer a sua primeira prestação de contas, então a
47 resolução nº 511, aprovada no dia 9 de janeiro trazia exatamente essas prerrogativas da posição
48 contrária à expansão pelas razões postas na resolução, indicando uma judicialização que foi feita

49 pelas entidades sindicais. Disse que no mês seguinte a gestão da SES veio ao plenário do CSDF
50 para justificar que não havia homologado a Resolução nº 511 trazendo as justificativas para o pleno
51 por meio de uma redação alternativa a qual o pleno rejeitou e manteve a aprovação do texto original
52 da resolução, em uma reunião no dia 12 de março de 2019. Disse que ainda assim não houve
53 acolhimento a determinação e deliberação do pleno do CSDF ficando até hoje essa resolução sem a
54 homologação devida do Secretário de Estado de Saúde. Continuou dizendo que em 9 de abril de
55 2019, já com a indicação do Diretor-Presidente Francisco Araújo, foi realizada uma reunião onde se
56 pediam esclarecimentos por declarações feitas na imprensa pelo então representante do IGESDF,
57 em uma análise profundamente desvirtuada do conceito e política de Atenção Primária à Saúde, já
58 deliberada pelo CSDF, e o Diretor-Presidente apresentou as suas justificativas. Disse que em 17 de
59 setembro de 2019 foi encaminhada a lista tríplice para que fossem recompostos o Conselho de
60 Administração e Conselho Fiscal, e foram acolhidos os nomes do Conselheiro Raimundo Nonato e
61 Luís Carlos para o Conselho de Administração, e Conselheiros Williamar e Jaime para o Conselho
62 Fiscal. Disse que em 12 de novembro de 2019 foi realizada no CSDF a reunião nº 442, onde foi
63 apresentado formalmente o novo contrato de gestão, contrato este que viria a ser implementado pelo
64 IGESDF. Disse que de posse do novo contrato de gestão foi então aprovada uma reunião
65 extraordinária somente para tratar do IGESDF, sendo então a primeira dessa que hoje é a quarta,
66 com esse objetivo específico. Disse que em 23 de novembro de 2019, já tendo o contrato de gestão
67 do IGESDF devidamente atualizado e formalizado, foi realizada a primeira reunião extraordinária com
68 esse fim específico, com o então Diretor-Presidente Sérgio Luiz da Costa, e somente naquele
69 momento se conseguiu o acesso ao contrato de gestão, Processo SEI nº 00060-00000123/2018-64,
70 perfazendo então quase dois anos para se acessar minimamente o contrato de gestão para o qual a
71 lei determina que deve ser acompanhado pelo CSDF. Disse que a partir daquele dia começou-se
72 essa rotina, de se estabelecer reuniões extraordinárias com pauta específica do IGESDF. Agradeceu
73 a atual gestão e todas as anteriores que sempre fizeram questão de estar presentes nas reuniões
74 extraordinárias do CSDF. Disse que em 11 de fevereiro de 2020 foi debatido no CSDF o processo de
75 reintegração dos servidores da SES que estavam cedidos ao IGESDF, debate esse que passou
76 também pelo CSDF. Disse que em 8 de novembro de 2020, em uma reunião do CSDF, tendo em
77 vista as operações do Ministério Público que havia levado na investigação a prisão da alta cúpula da
78 SES, que tinha uma relação também com o ex-Diretor-Presidente, foi solicitado investigação ampla
79 para que se trouxesse luz as dúvidas que as apurações do Ministério Público vinham trazendo, de
80 forma que foi aprovado pelo pleno do CSDF o apoio ao poder legislativo para que abrisse uma CPI
81 ampla da COVID, da pandemia, do IGESDF e tudo o que tivesse relação com a saúde e que
82 estivesse de maneira direta ou indireta sob alguma dúvida ou questionamento. Disse que em 13 de
83 outubro de 2020 o representante do CSDF no Conselho Fiscal trouxe o seu relatório de justificativa
84 pelo voto que fez desfavorável a aprovação das contas do exercício 2018 e, ainda no mesmo mês,
85 em 20 de outubro de 2020, houve a segunda reunião de pauta única do IGESDF, representado pelo
86 seu então Diretor-Presidente à época Dr. Paulo Ricardo, na qual foi pactuada a abertura de um
87 processo SEI onde pudessem ser inseridas as perguntas que os conselheiros costumam fazer, de
88 uma maneira formal e ampla, obtendo as respostas. Disse que o processo está correto, vigente e
89 para o qual se tem feito as inclusões tanto das respostas do IGESDF como de novos
90 questionamentos da SES. Disse que em 10 de novembro de 2020 foi feita a complementação de
91 respostas nesse processo que já estava aberto e foi feita também uma cobrança pois, infelizmente,
92 as diversas trocas da alta gestão do IGESDF acabaram causando uma certa interrupção na
93 continuidade da assistência, o que é normal. Disse que é preciso se apegar a administração pública
94 de continuidade dos serviços, então é papel do Conselho cobrar e questionar. Disse que em 1 de
95 dezembro de 2020, na Reunião CSDF nº 459, mostrando compromisso com o SUS, o pleno do
96 CSDF aprovou que as UPAS fossem credenciadas novamente, uma vez que estavam desabilitadas,
97 em um sinal de maturidade do pleno que deseja que o serviço alcance o usuário. Disse que em 30
98 de março de 2021 ocorreu a terceira reunião de acompanhamento do IGESDF, representado na
99 ocasião pelo então Diretor-Presidente Gilberto Occhi, e hoje está sendo realizada a quarta reunião
100 de acompanhamento, com o quarto Diretor-Presidente do IGESDF. Agradeceu a presença do novo
101 Diretor-Presidente do IGESDF, Dr. Gislei, e a toda a sua equipe, desejando boa sorte nesse desafio
102 de tocar o Instituto. Lembrou que o processo SEI nº 00060-00515950/2020-72, onde estão sendo
103 feitos os acompanhamentos, encontra-se disponível. Passou em seguida a palavra a equipe do
104 IGESDF. General **Gislei Moraes**, Diretor-Presidente do IGESDF, cumprimentou a Presidente do
105 CSDF Jeovânia Rodrigues e demais conselheiros. Frisou que respeita muito o trabalho do CSDF e
106 teve a oportunidade de participar de uma reunião no ICDF. Apresentou aspectos relacionados ao
107 IGESDF, seu funcionamento, pontos positivos e características principais. Disse que o IGESDF não

108 está ainda proporcionando o resultado esperado. Disse que chegou a direção do IGESDF há uma
109 semana e ainda não está inteirado completamente da situação. Disse que encaminhará um ofício ao
110 CSDF com as respostas referentes à última reunião e, quanto aos novos questionamentos, se
111 disponibilizou a responder o que for possível no momento mas disse que é necessário um pouco
112 mais de tempo para respondê-los oficialmente. Passou a palavra para a equipe do IGESDF se
113 apresentar. Sr. **José Antônio Gonçalves Rosa**, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, se
114 apresentou ao pleno, seguido pelo Sr. **Nestor Francisco Miranda Júnior**, Diretor de Atenção à
115 Saúde do IGESDF, Sra. **Mariela Souza de Jesus**, Vice-Presidente do IGESDF, Sr. **Paulo Leonel**
116 **Menezes**, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, Sr. **Jair Tabchoury Filho**, IGESDF, Sra.
117 **Emanuela Ferraz**, Diretora de Inovação, Ensino e Pesquisa do IGESDF. Conselheira **Jeovânia**
118 **Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, informou que em virtude da troca na direção do IGESDF
119 prejudicou o tempo para o fornecimento das respostas aos questionamentos dos conselheiros.
120 Passou a palavra às considerações dos conselheiros. Conselheiro **Raimundo Nonato** apresentou
121 brevemente o relatório da visita realizada na data de 24 de agosto de 2021 ao Hospital de Base.
122 Informou que repassará o relatório feito ao CSDF e ao IGESDF. Conselheiro **Jefferson Bulhosa**
123 disse que acredita no SUS e não acredita no modelo do IGESDF. Relatou problemas relacionados ao
124 IGESDF, como a dificuldade de acesso dos conselheiros às unidades hospitalares e locais. Opinou
125 que a presença dos conselheiros deve ser liberada em todas as unidades para fiscalização. Disse
126 que os quadros de pessoal tanto da SES quanto do IGESDF estão defasados. Disse que houve
127 serviços interrompidos, andares fechados no Hospital de Base, e há uma grande preocupação com a
128 dívida que o IGESDF possui. Disse que o IGESDF já deveria ter respondido os questionamentos
129 feitos anteriormente. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que tão
130 logo o relatório seja recebido no CSDF será encaminhado aos conselheiros. Conselheira **Rozângela**
131 **Camapum** disse que não acredita no modelo do IGESDF. Teceu comentários em relação ao
132 funcionamento do sistema de informações, que não tem interação com a SES. Disse que se tem hoje
133 um comando duplo na SES, quando deveria ser único. Questionou se existe alguma proposta para
134 esses dois pontos. Questionou se existe alguma proposta para resolução da dívida de 370 milhões.
135 Questionou como ficará a questão da controladoria, se mantida de forma independente para apurar
136 todos os processos e se já existe uma investigação interna acerca de todos os processos
137 denunciados pelo MP e como está o andamento desses processos. Questionou se o portal da
138 transparência publicará todos processos, contratos, pessoal e pagamentos no sentido de facilitar o
139 acompanhamento da gestão do IGESDF. Citou a constante faltas de medicamentos para
140 quimioterapia, radioterapia e oncologia e questionou qual será a política para compra de
141 medicamentos. Questionou como está a questão da oncologia, se há uma proposta de acabar com a
142 fila tanto da oncologia como da terapia renal. Questionou acerca das denúncias na Câmara
143 Legislativa e no MP de que o IGESDF se transformou em um cabide de empregos, e se há uma
144 proposta para que todos os passos para contratação de pessoal sejam cumpridos. Questionou se o
145 hospital está mantendo leitos de COVID ou se já foram transferidos para o hospital de campanha.
146 Questionou acerca do pagamento das terceirizadas, se já foi feito um acordo. Questionou se existe
147 proposta para implantação da cardiologia adulto e infantil. Disse que é um Instituto que não mostrou
148 até agora para o que veio a não ser para o desmonte do SUS, falta de transparência e o desvio de
149 recursos. Propôs o agendamento de uma nova reunião para resposta às perguntas, e que o relatório
150 do Conselheiro Raimundo Nonato deve incluir toda a gestão e unidades do IGESDF, não somente a
151 visita ao Hospital de Base. General **Gislei Morais**, Diretor-Presidente do IGESDF, contextualizou a
152 situação do IGESDF. Disse que o Instituto está localizado no Brasil, onde a saúde pública tem suas
153 deficiências. Disse que hoje, por exemplo, não recebe todos os recursos previstos para serem
154 transferidos para o Instituto e, portanto, alguns pagamentos não serão realizados. Disse que sim, o
155 Instituto pode ter alguma culpa nisso, se ele tivesse um fundo de reserva poderia fazer face a isso,
156 mas hoje ele não tem e tem uma dívida para pagar. Disse que, quando se fala que os hospitais têm
157 pessoas que não estão devidamente alojadas ou atendidas, gostaria que as pessoas que viessem ao
158 Instituto fossem na quantidade exata que o Instituto pudesse dar um bom atendimento para essas
159 pessoas, mas isso não acontece. Disse que isso não depende somente do Instituto, embora grandes
160 problemas apresentados dependem do Instituto resolver. Disse, a respeito do relatório apresentado
161 pelo Conselheiro Raimundo, que existem várias evidências que as coisas não estão funcionando
162 devidamente, mas não questionaria o relatório. Disse que o que foi apresentado significa que a
163 manutenção preventiva e corretiva não está funcionando, o serviço de limpeza funciona de forma
164 mediana, o processo de aquisição de medicamentos não está funcionando, foi essa informação que
165 recebeu pelo relatório, embora já soubesse. Disse que os motivos de não se ter insumo na ponta
166 começa com a falta de recursos, apesar de não ser motivo único a falta de transferência, pois se não

167 existisse uma dívida poder-se-ia estar pagando em dia as empresas e não se teria esse
168 entendimento de receber os insumos no momento certo. Citou outro problema, relacionado aos
169 processos de aquisição, pois se tem o regulamento próprio de compras e contratos, e esse
170 regulamento dá uma certa flexibilidade mas não muita, parecendo-se muito com a Lei 8.666, ele
171 apenas flexibiliza um pouco os prazos. Disse que o Instituto está dentro de um modelo que ele não
172 pode fugir. Disse que o que pode ser feito é que se tenha uma legislação, um regulamento próprio de
173 compras e contratações um pouco mais flexível, porém quando se flexibiliza na lei tem um ponto
174 fraco, que é a facilidade que algumas pessoas poderão usar, oriunda desta flexibilidade, para poder
175 não agir corretamente. Disse que o problema na ponta é de um processo total, não é um problema
176 de um funcionário que está fazendo a manutenção ou que está na farmácia entregando insumos.
177 Disse que cabe ao Instituto criar os seus processos o mais correto possível para evitar essas faltas.
178 Ressaltou que se está saindo de uma pandemia que desorganizou várias áreas, teve-se que comprar
179 itens que adquirir itens para atender a pandemia, reorganizar os hospitais para colocar UTIs para
180 atender a pandemia. Disse que existe uma lei que permite o não cumprimento de metas até o final do
181 ano por parte de todos os órgãos que atendem o SUS. Respondeu, em relação à citação que
182 existem servidores com medo e coagidos, que se precisa desse relatório para se poder reagir
183 baseado nessas informações. Disse que o Conselho Fiscal pode receber mensalmente os dados
184 financeiros e patrimoniais do Instituto, então pode acompanhar o Instituto mensalmente e acusar se
185 algo não está sendo correto. Disse que o Instituto precisa do apoio de todos os órgãos que vieram
186 para controlar o Instituto. Respondeu ao Conselheiro Jefferson, em referência ao livre acesso às
187 instalações, que está disposto a conversar com o Conselheiro em relação ao que ele quer
188 exatamente em relação ao livre acesso, quais as áreas pretendidas. Respondeu, em relação a dívida
189 e recurso, que somente se paga dívida com recurso novo ou se economizar para quitá-la. Disse que
190 não se pode gastar mais do que se ganha e o Instituto, por ter dívida, tem que gastar mais do que
191 recebe. Disse que, se não tiver essa solução, pede para sair, porém acredita na gestão e na hora
192 que for analisada toda a despesa do Instituto, se verificar onde pode-se cortar despesas, e pretende
193 fazer um plano de contingência e de recuperação do Instituto. Respondeu, em relação ao sistema de
194 gestão que não conversa com o TraKCare, que foi decidido há alguns anos a adoção do MV, que é
195 um sistema mais completo, e o que se está fazendo é fazer os dois sistemas conversarem, que é a
196 melhor solução. Disse que a dívida hoje, apesar de ainda não auditada, é menor do que 370 milhões.
197 Disse que quando se fala que 30% do orçamento da SES vai para o IGESDF, não pode afirmar isso,
198 porém disse que quando o Instituto Hospital de Base foi criado foi baseado no APURASUS, então a
199 SES já gastava com o Hospital de Base 602 milhões por ano, e foi exatamente esse recurso que a
200 SES repassou para o IHB. Disse que a SES se aliviou ainda da parte administrativa, pois tinha que
201 comprar para o Base, fazer a gestão de pessoal, ou seja, várias despesas administrativas que ela
202 tinha com o Base quando ela passou para o IHB ela somente passou o recurso que ela já gastava, e
203 quando se vai ao APURASUS não tem valor de administração e sim gastos com pessoal,
204 terceirizados, material, etc. Disse que o mesmo raciocínio é aplicado para Santa Maria e UPAS.
205 Disse, em relação à falta de transparência, que aceita erros, que fazem parte do ser humano, mas a
206 fraude, a violação, a corrupção, isso não pode ser tolerado, e o que pode afirmar é que quanto a
207 esses desvios, dependendo dele próprio, serão apurados e os responsáveis, caso haja, irão ser
208 sancionados. Frisou que no que depender dele, em relação à seleção de profissionais, que todos os
209 regulamentos serão cumpridos à risca. Respondeu que o pagamento de dívidas aos terceirizados
210 está dentro do pacote que falou de se verificar onde se vai economizar para poder pagar essas
211 dívidas, mas com certeza uma solução será encontrada, até mesmo porque não será dinheiro novo,
212 se o Instituto criou a dívida ele próprio achará uma solução para ela. Disse, em relação à cardiologia
213 adulta e infantil, que é preciso realizar um estudo, principalmente do Base, de que tipo de serviços
214 ele pode oferecer, pois existe muita demanda de serviços para o Base porém a sua capacidade é
215 limitada. Disse que a SES tem que demandar o instituto e o Instituto tem que colocar isso em um
216 termo aditivo ao contrato de gestão para que nada fique fora das regras estabelecidas pela SES.
217 Disse, referente a colocação feita sobre o sistema único, que o Instituto tem que seguir o que a SES
218 determina, seja na regulação, no estabelecimento dos serviços que ela quer que o IGESDF preste,
219 seja nas metas estabelecidas para serem cumpridas. Disse que mesmo tendo o IGESDF o comando
220 pode ser um, desde que o IGESDF obedeça as regras da SES. Disse que é necessário o
221 entendimento que se pertence a um sistema, caso contrário se começa a visualizar algo fora do
222 sistema de saúde, do que se prevê as diretrizes da SES. Disse, em referência à falta de
223 transparência, que foi criado um boletim de atos administrativos, e esse boletim será público para
224 que todos saibam quantos atos administrativos o Instituto está fazendo, seja contratação, dispensa,
225 transferência interna, contratação de empresa, e tudo isso será disponibilizado nesse boletim interno,

226 que será público. Disse que nas páginas de internet do Instituto estão disponibilizados todos os
227 contratos e aditivos do Instituto. Aceitou a proposta de uma reunião presencial, aonde o Conselho
228 definir, que seria muito esclarecedor. Conselheira **Fátima Rola** solicitou a remarcação da reunião e
229 que o relatório seja encaminhado ao CSDF para ser redistribuído aos conselheiros. Sugeriu que seja
230 formada uma outra comissão para realizar visita a outras unidades de saúde deste complexo. Disse
231 que aprova a reunião presencial. Conselheiro **Silvestre** colocou que em 2019 o IGESDF possuía
232 uma Comissão de pessoas comissionadas, todos advogados, em um total de oito, que eram da
233 Coordenação da Corregedoria e Coordenação de Auditoria do IGESDF. Questionou como o IGESDF
234 em 2019 já possuía essa comissão formada e não fiscalizou e deixou que membros do IGESDF
235 fossem presos para aparecer. Questionou se os integrantes daquela comissão continuam no
236 IGESDF. Opinou que esses cargos deveriam ser ocupados por meio de processo seletivo. General
237 **Gislei Moraes**, Diretor-Presidente do IGESDF, respondeu que a Controladoria, somente em 2020,
238 passou a estar ligada ao Conselho de Administração. Disse que foi criada a controladoria e passada
239 a subordinação para o Conselho de Administração, ou seja, está acima do Instituto. Disse que a
240 Controladoria agora não depende de orientação do Instituto, ela pode averiguar sem anuência, por
241 assim dizer, do Diretor-Presidente. Disse, quanto a seleção e auditoria dessas pessoas, que quando
242 existe o fato errado, anormal, muitas vezes ele não aparece no papel, às vezes é combinado fora do
243 Instituto, com as empresas que apresentam as suas propostas, então quando se olha um processo
244 de compra muitas vezes está correto, nenhum auditor vai identificar nada errado, porém as coisas
245 aconteceram fora do instituto. Disse que os processos do instituto são auditados por vários órgãos de
246 controle, não só por esse órgão interno do Instituto. Disse que pode até ter ocorrido alguma falta de
247 ação dessas pessoas, que não está defendendo, mas frisou que não é muito fácil. Sr. **Daniel Alves**
248 **Lima**, Controlador Interno do IGESDF, complementou a resposta. Disse que desde que tomou
249 posse, há mais ou menos um mês, a grande coisa que percebeu internamente no IGESDF são
250 inúmeros achados de auditoria, que já foram encaminhadas para o Conselho Administrativo e para o
251 Conselho Diretor, havia alguns relatórios que estavam represados na controladoria, mas que
252 justamente com vistas ao alinhamento com o General se está buscando dar total transparência a
253 esses relatórios, e que inclusive essa semana saiu uma auditoria feita pela Controladoria Geral, com
254 várias recomendações, as quais já se está buscando dar encaminhamento a elas, assim como os
255 diversos órgãos de controle. Disse que já foi conversar com o Ministério Público, Tribunal de Contas,
256 se está buscando dar a maior transparência possível, inclusive envidando esforços com o Diretor-
257 Presidente para fortalecer a área interna de controladoria para que se tenha melhores respostas para
258 a sociedade. Informou aos conselheiros que no momento se tem no quadro de auditores três
259 auditores sendo que uma auditora foi por mais de trinta anos auditora da Controladoria Geral, e ainda
260 se tem um gestor com amplo entendimento e experiência por mais de vinte anos na área de gestão.
261 Conselheiro **Silvestre** solicitou o encaminhamento ao CSDF do nome dos integrantes da equipe. Sr.
262 **Daniel Alves Lima**, Controlador Interno do IGESDF, concordou com o pedido e se comprometeu a
263 encaminhar. Conselheiro **Paulo Martins** questionou acerca do cartão corporativo, pois houve mau
264 uso por parte de alguns servidores, se ocorrerão providências para evitar que o fato se repita.
265 Questionou acerca das ampliações dos serviços do IGESDF e se há prazo para inauguração das
266 novas UPAS. Posicionou-se favoravelmente aos novos modelos de gestão da saúde, mas desde que
267 funcionem. Questionou acerca do grande consumo de recursos por parte do IGESDF. Conselheiro
268 **Domingos de Brito** teceu comentários. Discordou que o que vai sanar as contas do IGESDF é
269 dinheiro novo, e opinou que o que é necessário ao IGESDF é a revisão dos contratos e
270 reestruturação. General **Gislei Moraes**, Diretor-Presidente do IGESDF, respondeu aos conselheiros.
271 Disse, em relação ao cartão corporativo, que se tem uma resolução do Instituto e que nunca foi
272 chamado de cartão corporativo, e sim suplemento de fundos. Disse que quando chegou, no
273 regulamento próprio de compras estava escrito que despesas abaixo de 50 mil reais, àquela época,
274 não precisava seleção de fornecedores, não precisava de licitação como é conhecido nos órgãos
275 públicos. Disse que o que foi feito foi nada mais do que estava previsto no regulamento próprio de
276 compras, e foi feita uma regulamentação sobre isso. Ressaltou a agilidade proporcionada pelo
277 instrumento. Disse que as UPAS deverão ser inauguradas até novembro porém depende que a
278 empresa entregue as obras. Respondeu, em relação ao grande consumo de recursos, que o que o
279 Base e as UPAS receberam é o que foi lançado pela SES no APURASUS, então não houve
280 acréscimo de valor. Acrescentou que não está escrito no APURASUS preceptoria na área de ensino,
281 alimentação de residentes, judicialização, e essas são despesas que o Instituto tem e seria obrigação
282 da SES. Disse que quanto à corrupção, infelizmente não conhece sistema que possa barrar a
283 corrupção, porém é preciso selecionar e treinar bem as pessoas, mostrar que a instituição não
284 pactua com nada errado. Explicou que não disse que queria dinheiro novo, mas sim que a única

285 maneira de pagar a dívida é gastar menos do que se recebe. Disse que o ideal é que não se deixe o
286 Instituto chegar aonde chegou, porém isso deve ser feito constantemente e acredita não ter sido
287 culpa do Instituto o Conselho Fiscal não ter avaliado antes. Disse que agora pode dizer que está
288 apoiando para que seja feita auditoria de forma constante. Concordou que os contratos devem ser
289 revistos para os devidos ajustes e renegociações, que será feito um plano para isso. Sr. **Paulo**
290 **Leonel**, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, complementou a resposta. Disse que o
291 IGESDF já teve as demonstrações contábeis e financeiras do ano de 2018 aprovadas, com parecer
292 emitido por auditoria independente aprovada pelo Conselho Fiscal e de Administração. Disse que
293 foram entregues as demonstrações financeiras dos anos de 2019 e 2020 ao Conselho Fiscal e de
294 Administração e a empresa tem a previsão de entregar o parecer referente a 2019 até o dia 15 de
295 outubro. Detalhou aspectos relacionados à gestão financeira. Conselheira **Júlia Luz** teceu
296 comentários acerca do relatório apresentado e solicitou que os relatórios de gestão do IGESDF
297 sejam apresentados ao Conselho Fiscal regularmente para que sejam repassados ao CSDF. Disse
298 que a Atenção Primária tem que estar ligada a Secundária e questionou a SES acerca da adaptação
299 ao sistema comentado pelo Diretor-Presidente do IGESDF. Questionou o IGESDF se existe um
300 projeto de gestão de riscos e se foi convocado pessoal especializado para essa atividade.
301 Questionou se a gestão do IGESDF está atenta à produção do CONASS e CONASEMS. Questionou
302 a SES o porque do atraso em relação ao atraso no repasse de recursos. Questionou, caso o IGESDF
303 saia de cena, quem pagará a dívida. Questionou acerca da compra emergencial, como são
304 verificados os valores. Conselheira **Lourdes Piantino** questionou sobre o que traz confiança ao
305 General Gislei para defender esse modelo de gestão do IGESDF diante da situação caótica
306 observada hoje. Conselheira **Raquel Beviláqua** respondeu os questionamentos direcionados para a
307 SES. Disse que a falta de integração entre os sistemas é uma questão antiga na SES e vem
308 demandando esforços na Secretaria para se tentar minimizar esse impacto. Disse que a CTINF vem
309 trabalhando em uma proposta de integralidade dos sistemas e trará em tempo oportuno para
310 apresentação ao Conselho. Disse, quanto ao pagamento, que a Secretaria vem realizando os
311 pagamentos referentes aos serviços prestados pelo IGESDF e, em paralelo, a uma minuta de
312 publicação e uma CAC única com algumas metas, qualitativas e quantitativas definidas por um grupo
313 de trabalho, que ajudarão muito na condução dos trabalhos. Disse que o Hospital de Base é um
314 hospital da rede que vem sendo gerido pelo IGESDF e há necessidade de um alinhamento da forma
315 de gestão e integrado a SES como um todo pois o usuário é o mesmo, então se tem uma rede
316 baseada em linhas de cuidados que ocorrem sempre com a Atenção Primária sendo ordenadora do
317 cuidado com o paciente e para o usuário, na necessidade de adentrar aos outros níveis de atenção,
318 ser feito um direcionamento e contra referência responsáveis. General **Gislei Morais**, Diretor-
319 Presidente do IGESDF, respondeu os questionamentos feitos pela Conselheira Júlia. Disse que o
320 relatório mensal é encaminhado à SES todos os meses, e sabe que a SES passa para o Tribunal de
321 Contas do DF, e verificará se esse relatório tem que passar primeiro pela SES, pois é lá que se tem o
322 contrato de gestão e é através do contrato de gestão que é definido que se tem que passar o
323 relatório para eles e, verificado isso, o relatório estará à disposição. Disse, sobre a gestão de riscos,
324 que já se tem na estrutura do IGESDF pessoas para verificar isso, mas se essas pessoas são
325 especializadas dentro desses cursos citados pela Conselheira ele não tem resposta no momento, de
326 quais são essas pessoas que estão fazendo a gestão de riscos institucionais ou mesmo risco ao
327 paciente. Disse que estão sendo preparados cursos para os colaboradores que inclusive incluem
328 essa gestão de riscos. Colocou-se à disposição para receber ajuda da Conselheira na questão do
329 material para montagem do curso. Acrescentou, em referência ao pagamento da Secretaria de
330 Saúde, que para que possa repassar recursos para o Instituto não é recurso novo, é recurso do
331 contrato de gestão, mas mesmo assim hoje tem que passar pela Câmara Legislativa para aprovar o
332 projeto de lei. Respondeu a Conselheira Lourdes explicando que acredita que quando se fala em
333 saúde deveria existir legislação própria para a saúde, pois não se pode esperar os trâmites
334 burocráticos, e que deve-se dar meios para que as pessoas trabalhem e atendam bem a população.
335 Disse que é por isso que acredita no modelo, é necessário uma coisa mais flexível para atender a
336 saúde e o Instituto a princípio teria. Teceu comentários acerca do funcionamento do modelo.
337 Conselheiro **Isaires** efetuou questionamentos referentes à prestação de contas com terceirizados.
338 Questionou qual o salário do alto escalão do IGESDF. Questionou se as UBS utilizarão recursos
339 próprios do IGESDF ou serão necessários repasses da SES. Conselheira **Jeovânia Rodrigues**
340 **Silva**, Presidente do CSDF, adiantou ao Conselheiro Isaires que duas respostas já constam no
341 processo, a listagem dos funcionários de alta gestão do IGESDF com os respectivos salários e os
342 relatórios de alta gestão Detalhou as outras perguntas feitas pelo Conselheiro Isaires. Conselheiro
343 **Raimundo Ferreira** questionou se o convênio do Hospital de Base com o Hemocentro, para

344 atendimento aos hemofílicos, foi revisto ou mantido. Conselheira **Christiane Braga** efetuou
345 considerações referentes suplementações para o IGESDF. Disse que foi realizado no ano passado a
346 proposta da Lei Orçamentária de 2021, e foi trazida uma solicitação pelo contrato do IGESDF na
347 previsão de cerca de 900 milhões de reais, que é a contratação anual. Disse que desses 900 milhões
348 de reais se teve um teto orçamentário encaminhado pela Secretaria de Economia no valor de 390
349 milhões de reais, então obviamente se estaria com 600 milhões de reais em aberto em relação à
350 necessidade orçamentária, e foi orientado, em agosto de 2020, que esse recurso se faria necessária
351 a suplementação ao longo de 2021. Deixou claro que esse recurso não está sendo acrescido ou não
352 foi programado, esse recurso que está sendo encaminhado nessas suplementações é o valor do
353 contrato que não foi contemplado na sua totalidade no processo de aprovação da Lei Orçamentária.
354 Esclareceu que não há, nesse momento, uma suplementação crescendo, exceto na condição das
355 UPAS que não estavam inseridas na programação da Lei Orçamentária de 2021 que é realizada no
356 primeiro semestre de 2020. Relatou que no dia 11 de agosto de 2021 foi encaminhada uma Nota
357 Técnica para a Secretaria de Economia informando também que para o ano de 2022 se está com um
358 bilhão de déficit para o contrato do IGESDF. Disse que se não houver uma alteração desse
359 orçamento se continuará, no ano seguinte, solicitando suplementação para que se tenha o contrato
360 cumprido. General **Gislei Moraes**, Diretor-Presidente do IGESDF, disse que para o IGESDF receber
361 recursos tem que ser por meio de um termo aditivo, e todos os termos aditivos estão publicados na
362 página do Instituto. Disse que a UPA não estava prevista ainda ser administrada pelo Instituto, então
363 o Instituto recebeu recursos para construir UPA e agora se a UPA passar para administração do
364 Instituto tem que haver um termo aditivo para complementação desses recursos, pois afinal de
365 contas a UPA necessita de mais de 150 pessoas para trabalhar lá, insumos, limpeza, e tudo isso tem
366 um custo. Disse, em relação ao fechamento da dívida, que tem a informação mas ainda não tem o
367 planejamento de como serão os procedimentos e cortes necessários para pagamento dessa dívida.
368 Foi complementada a resposta pela equipe do IGESDF informando que o contrato com o
369 Hemocentro é mantido e nada foi modificado do que era praticado com a SES. Informou ainda que o
370 IGESDF recebeu um Parque Tecnológico e as instalações, porém não recebeu repasse de
371 investimento ainda, o investimento que está sendo recebido são de emendas parlamentares, para
372 comprar equipamento e etc. Disse que se o Instituto passar 20 anos administrando todo esse
373 complexo hospitalar e não receber recursos de investimento ele vai entregar uma sucata. Disse que
374 se tem que fazer essas reformas e é necessário recurso de investimento, mas por enquanto ainda
375 não recebeu. Teceu comentários acerca da necessidade do aporte dos recursos. Conselheira
376 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, encaminhou a realização de uma reunião
377 extraordinária, em 07 de dezembro de 2021, excepcionalmente podendo ser de forma presencial, no
378 auditório da FEPECS ou do Hemocentro, com prazo hábil para as respostas aos questionamentos
379 feitos, e a disponibilização do relatório ampliado com as visitas ao Hospital de Santa Maria e também
380 às UPAS. Conselheiro **Jefferson** esclareceu ao General Gislei Moraes, Diretor-Presidente do
381 IGESDF, que o Conselheiro está aqui para fiscalizar dentro da lei, e ele sabe aonde adentrar e como
382 adentrar em todas as unidades hospitalares. Foi aprovada a realização da reunião presencial em 07
383 de dezembro de 2021, com local a ser definido, com as devolutivas de maneira sistemática aos
384 questionamentos que estão no processo SEI, bem como o desdobramento do complemento ao
385 relatório feito pelo Conselheiro Raimundo Nonato, com visitas também às unidades de Santa Maria e
386 às UPAS. A 479ª RE foi encerrada às 12h18. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo
387 Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 05
388 de outubro de 2021.

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA
Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

RAQUEL BEVILÁQUA MATIAS DA PAZ MEDEIROS SILVA
Conselheira suplente - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

MARCOS PAULO FREIRE MALGUEIRO LOPES
Conselheiro Titular - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

CHRISTIANE BRAGA MARTINS DE BRITO
Conselheira suplente - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

CARLOS WILSON DE ANDRADE
Conselheiro suplente - Hospital da Criança de Brasília.

JAIR TABCHOURY FILHO
Conselheiro Titular – IGESDF

MARIA ARINDELITA NEVES DE ARRUDA
Conselheira suplente – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal - ABEn-DF

ALEXANDRE JOSÉ DE OLIVEIRA OMENA
Conselheiro Titular - Sindicato dos Médicos do DF - SindMédico.

SOLANGE PEREIRA DE SOUZA
Conselheiro suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACSD/DF

MÁRCIO DA MATA SOUZA
Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal – SEDF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR
Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro titular - Conselho Regional de farmácia do DF – CRF/DF

ROZANGELA FERNANDES CAMAPUM
Conselheira suplente – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal – SODF

ROSALINA ARATANI SUDO
Conselheira suplente – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal - ABEn-DF

ISAIRES FLORENÇO DE SOUZA
Conselheiro suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACSD/DF

FÁTIMA LÚCIA RÔLA
Conselheira Titular – Clube da Saúde

NEWTON CLEITON BATISTA

Conselheiro titular - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE-DF

VERA LÚCIA BEZERRA DA SILVA

Conselheira titular - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

SILVESTRE ARAÚJO

Conselheiro titular – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais – ABIDS

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF

JAIRA LEITE RAMOS

Conselheira suplente - Pastoral da Saúde do Distrito Federal

MIRIAM MARQUES NERY

Conselheira Suplente - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

SARAH MARIA COELHO DE SOUZA

Conselheiro Suplente – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF

JÚLIA LUZ CAMARGOS MESQUITA

Conselheira suplente – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília –

HELLEN CRISTHIAN CORREA BOAVENTURA

Conselheira Titular - ALIANÇA NACIONAL LGBTI+.

JOÃO ELIAS LIMA ARAÚJO

Conselheiro suplente - Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA

Conselheiro titular – Associação dos Aposentados e Pensionistas e Idosos da Previdência Social do Distrito Federal e Entorno – ASAPREV/DF

PAULO MARTINS VIEIRA

Conselheiro suplente – Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

RAIMUNDO NONATO LIMA

Conselheiro titular - Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA

Conselheiro Titular – Associação e Casa dos Hemofílicos do Distrito Federal

MARIA LUIZA DOS SANTOS ESPÍNOLA

Conselheira suplente – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília –
CASCO/UnB Ceilândia

LOURDES CABRAL PIANTINO

Conselheira titular – Associação Brasileira de Deficientes Visuais - ABDV